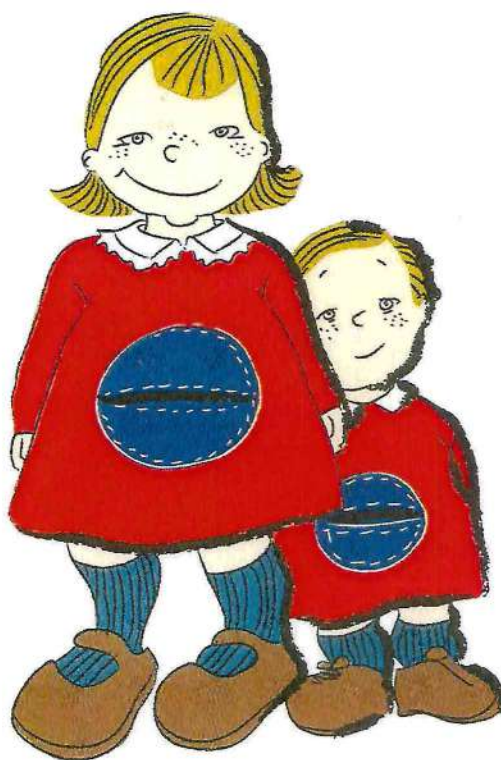


RELATÓRIO DE CONTAS DO PERÍODO DE 2025



CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS



INDICE

I. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1. Enquadramento

- a. Missão/Visão e Valores
- b. Órgãos Sociais
- c. Organograma

2. Apoios Sociais

3. Mensalidades

4. Repartição dos gastos

5. Atividades por valência

- a. Creche
- b. Pré-Escolar
- c. Atividade Relevante

II. EVOLUÇÃO DOS DADOS CONTABILISTICOS

III. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 1. Balanço individual
- 2. Demonstração individual de resultados por natureza
- 3. Anexo às demonstrações financeiras
- 4. Demonstração de fluxos de caixa

V. PARECER DO CONSELHO FISCAL



CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. Enquadramento

A Direção do Centro Social do Sagrado Coração de Jesus, nos termos dos Estatutos, apresenta o Relatório de Atividades e as Contas do período contabilístico findo em 31 de dezembro de 2025.

Ao longo do ano de 2025, foram desenvolvidas e implementadas as práticas de qualidade e inovação nas respostas sociais da Creche e Pré-Escolar articulando da melhor forma todas as exigências continuando a projetar para o futuro, uma estratégia dinâmica, que assegure o bom funcionamento do Centro.

Para atingir os objetivos que nos propomos contamos com todos que fazem parte deste projeto que se dedicam e que se empenham diariamente na Educação das Crianças, ajudando no seu crescimento cuidando e semeando os Valores.

a. Missão/ visão/valores

Missão: Proporcionar as condições para o desenvolvimento integral da criança, através de práticas pedagógicas diferenciadas valorizando a estreita colaboração com as famílias e o percurso individual de cada criança.

Visão: Ser instituição inovadora, integrada na comunidade e reconhecida pela qualidade pedagógica da educação de Infância.

Valores: Alegria, Amizade, Solidariedade, Liberdade, Autonomia, Partilha, Inovação.

b. Órgãos sociais

Assembleia Geral	Presidente da Mesa Assembleia Geral	Francisco Mendes Correia
	Primeiro Secretário	Filipa Ataíde Cordeiro
	Segunda Secretária	Marta P. Cabral G. Pestana Salvador Marques
Conselho Fiscal	Presidente	João Pedro H. Pimenta Tenreiro Gonçalves
	Vogal	Tiago Roquette Geraldès
	Vogal	Bernardo Paiva e Pona
Direção	Presidente	João Vaz Pinto Simões Travassos
	Vise Presidente	José João Montes Ferreira Gomes
	Tesoureiro	João Miguel Magalhães da Silva Pessanha
	Secretário	Guilherme Coimbra de Brito Salvador
	Vogal	João Leite Carvalho
	Primeira Suplente	Maria do Carmo Perdigão Santos Braga
	Segundo Suplente	Ana Araújo Borges Corrêa Nunes

2. Apoios Sociais

O Centro Social do Sagrado Coração de Jesus tem apoio nas valências de Creche e Pré-Escolar:

Na Creche tem o apoio da gratuidade e no Pré-Escolar tem o apoio da Dotação Mensal Típica subsidiada pela Segurança Social e de um Apoio Anual do Programa PEDEP, Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar subsidiado pelo Ministério da Educação.

3. Mensalidades

As mensalidades do Centro, exclusivamente na valência do Pré-Escolar são calculadas com base em escalões de rendimentos dos agregados familiares das crianças, recorrendo ao apoio especializado de uma Assistente Social que os insere nos vários escalões existentes.



CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

PRÉ-ESCOLAR

<u>ESCALÃO</u>	<u>% sobre RMM</u>	<u>Per Capita</u>	<u>% sobre Per Capita</u>
1	até 30%	261,00 €	18%
2	30% a 50%	de 261,01€ a 435€	23,5%
3	50% a 70%	de 435,01€ a 609€	30,5%
4	70% a 100%	de 609,01€ a 870€	31,50%
5	100% a 150%	de 870,01€ a 1305€	32,5%
6	150%	mais de 1305€	34%

A comparticipação Familiar do Rendimento mínimo mensal foi de **870 €**

4. Atividades por Valência

a. Creche

A Creche é um equipamento de natureza socioeducativa, vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças de 1 e 2 anos e idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

• Crianças

Lotação	31.12.2025
Acordo de Cooperação	82
Praticada	82
Taxa de ocupação	100%

• Funcionários

Funcionários	31.12.2025	Rácio Funcionário: Crianças
Creche	18	1:4

b. Pré-Escolar

A Educação Pré-escolar

é a primeira etapa da educação básica no processo de educação da criança, sendo complementar da ação educativa da família, com o qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser livre autónomo, livre e solidário.

• Crianças

Lotação	31.12.2025	
	S. Domingos	S. Félix
Acordo de Cooperação	36	77
Praticada	25	69
Taxa de ocupação	69%	90%

• Funcionários

Funcionários	31.12.2025	Rácio Funcionário: Crianças
S. Domingos	8	1:4
S. Félix	12	1:5



CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

c. Atividades relevantes

Passeios

As saídas do Centro são uma estratégia de aprendizagem que o Centro valoriza e considera fundamental no desenvolvimento das crianças. No início de cada ano é realizado um plano de atividades.

Os passeios realizados no ano 2025: *Museu da Marioneta, Museu Arte Antiga, Gulbenkian, Pavilhão Conhecimento, Palácio da Ajuda, Teatro Biombo, Teatro Armando Cortez, Teatro Lua Cheia, Concerto Sensorial, Tapetes Narrativos, Oficina de artes, Quinta da Granja, Jardim do Cerco, Oficina*

Atividades - Mês de julho

No período de duas semanas do mês de julho as crianças das salas dos 2,3,4,5 anos aos vão à praia da parte da manhã. O custo da atividade é de 205€.

O uso de fato de banho, bibe, pulseira de identificação e chapéu do Centro é obrigatório por uma questão de segurança.

Formação no Centro

A Formação é um alicerce fundamental na melhoria da qualidade do desenvolvimento Pessoal e Profissional. Durante o ano 2025 foram realizadas as seguintes formações: DISC; Fronteira invisível, Encontro com a Academia Teen, Liberdade, Forest Flow, O impacto dos ecrãs na saúde e na educação.

Avaliação de desempenho

No Centro, o processo de avaliação de desempenho é encarado como um importante contributo para assegurar a qualidade da ação educativa. Avaliação desempenho é realizado ao longo do ano letivo.

II. EVOLUÇÃO DOS DADOS CONTABILÍSTICOS

- No período contabilístico de 2025 o resultado líquido foi positivo, no valor 14.656€
- Foi efetuada uma estimativa de rendimentos do subsídio da expansão do Pré-Escolar do pré-escolar, no montante de 130 064,29€. A candidatura foi submetida tendo o Centro à data desta Assembleia à espera de receber este montante;
- O total dos rendimentos em 2025 foi de 1 225 256,99€ ;
- Dos rendimentos anteriormente mencionados, 909 010,36€, foram rendimentos provenientes de subsídios da Segurança Social.

III. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direção propõe que o resultado líquido de 14.656€ seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 14 de abril de 2026

A Direção

Luisa Teotónio Pereira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DEZEMBRO 2025

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	18	314 238,39	385 726,05
Subsídios à exploração	19	909 010,36	704 856,98
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(59 721,70)	(63 334,46)
Fornecimentos e serviços externos	15	(240 377,87)	(213 826,43)
Gastos com o pessoal	16	(904 096,69)	(859 713,21)
Outros rendimentos	20	2 008,24	34 807,22
Outros gastos	17	(3 758,18)	(973,67)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		17 302,55	(12 457,52)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	(2 646,55)	(2 637,31)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14 656,00	(15 094,83)
Gasto de financiamento (líquidos)			
Resultado antes de impostos		14 656,00	(15 094,83)
Resultado líquido do período	14	14 656,00	(15 094,83)

A Direção



O Contabilista certificado
CC 24590

Assinado por: **Luísa Cristina Correia Moreira**
Borges

Num. de Identificação: 08551416

Data: 2026.04.24 10:45:36+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 24590**



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

31/12/2025
(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

	PERÍODOS	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	310 945,05	385 354,35
Pagamentos a Fornecedores	(296 191,70)	(233 624,38)
Pagamentos ao Pessoal	(845 676,38)	(797 557,83)
Caixa gerada pelas operações	(830 923,03)	(645 827,86)
Outros recebimentos/pagamentos	863 923,03	591 638,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	33 000,00	(54 189,12)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a : Ativos fixos tangíveis		(885,29)
Recebimentos provenientes de : Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(885,29)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de : Pagamentos respeitantes a : Juros e gastos similares		(,01)
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(,01)
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	33 000,00	(55 074,42)
Caixa e seus equivalentes no início do período	153 907,35	208 363,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período	186 907,35	153 289,08

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

Assinado por: **Luísa Cristina Correia Moreira**
Borges
Num. de Identificação: 08551416
Data: 2026.04.24 10:47:00+01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 24590**



BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2025

		Montantes expressos em EURO	
RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	12	6 720,47	6 367,05
Investimentos Financeiros	13	5 318,90	5 318,90
		12 039,37	11 685,95
Ativo corrente:			
Inventários	11		
Clientes	5	21 429,62	28 607,29
Diferimentos	7	9 493,47	8 950,79
Outros ativos correntes	6	150 539,50	163 800,43
Caixa e depósitos bancários	4	186 907,35	153 289,08
		368 369,94	354 647,59
Total do Ativo		380 409,31	366 333,54
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos		1 626,06	1 626,06
Resultados transitados	14	157 812,51	180 562,93
Resultado líquido do período	14	14 656,00	(15 094,83)
Total do capital próprio		174 094,57	167 094,16
Passivo			
Passivo não corrente:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	8	6 227,69	3 967,56
Adiantamento de clientes	5	7 964,08	14 199,84
Estado e outros entes públicos	10	24 598,02	22 987,66
Diferimentos	7	32 450,30	28 991,58
Outros passivos correntes	9	135 074,65	129 092,74
		206 314,74	199 239,38
Total do passivo		206 314,74	199 239,38
Total do Capital Próprio e do Passivo		380 409,31	366 333,54

A Direção

497-552

O Contabilista certificado
CC 24590

Assinado por: **Luísa Cristina Correia Moreira**
Borges
Num. de Identificação: 08551416
Data: 2026.04.24 10:48:39+01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 24590**



ANEXO

2025

Designação	CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
Morada	RUA DE S FELIX Nº 15 PORTA 29
Código postal	1200-838
Localidade	LISBOA

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500846359
Classificação de atividade económica (CAE)	85100
Conservatória	
Capital social	1 626 Euros

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



ÍNDICE DO ANEXO

Nota 1 - Identificação da entidade.....	3
Nota 2 - Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	3
Nota 3 - Principais políticas contábilísticas.....	4
Nota 4 - Fluxos de Caixa.....	10
Nota 5 - Clientes.....	10
Nota 6 - Outros ativos correntes.....	10
Nota 7 - Diferimentos.....	10
Nota 8 - Fornecedores.....	11
Nota 9 - Outros passivos correntes.....	11
Nota 10 - Estados e outros entes públicos.....	11
Nota 11 - Inventário.....	11
Nota 12 - Ativos fixos tangíveis.....	12
Nota 13 - Investimentos financeiros.....	12
Nota 14 - Resultados transitados.....	12
Nota 15 - Fornecimentos e serviços externos.....	13
Nota 16 - Gastos com o pessoal.....	13
Nota 17 - Outros gastos e perdas.....	14
Nota 18 - Vendas e Serviços Prestados.....	14
Nota 19 - Subsídios e doações.....	14
Nota 20 - Outros Rendimentos.....	15
Nota 21 - Resultados financeiros.....	15
Nota 22 - Eventos subsequentes.....	15
Nota 23 - Entidades relacionadas.....	15
Nota 24 - Informações exigidas por diplomas legais.....	15

CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025**

(Valores expressos em euros)

Nota 1 - Identificação da entidade

A associação CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, tem a sua sede em LISBOA, com o número de identificação fiscal (NIF) 500846359, com o CAE n.º 85100. A Associação tem como atividade principal a Educação Pré- Escolar e Creche.

Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**a) Referencial Contabilístico**

Em 2025 as demonstrações financeiras da foram preparadas de acordo com o referencial do Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC)

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano, a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

3

g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de CENTRO SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil, estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

O Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

4

As mais ou menos valias, resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis, e subsequentemente pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal, após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo, a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Associação. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Investimentos financeiros

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em entidades associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando, a proporção da Associação, nos prejuízos acumulados da entidade associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o fundo de capital da entidade associada não for positivo, exceto quando a Associação tenha assumido compromissos para com a entidade associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados, em transações com entidades associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Associação nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.6. Imposto sobre o rendimento

Associação encontra-se sujeita, mas isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). No entanto, está em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.8. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, deduzido dos custos estimados de venda do produto no momento da colheita.

Na determinação do justo valor foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de um modelo desenvolvido internamente, no qual foram considerados pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação, nomeadamente, a produtividade, o preço de venda do produto deduzido dos custos da plantação e manutenção e da colheita e transporte e a taxa de desconto.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

6

A taxa de desconto utilizada corresponde a uma taxa de mercado, determinada tendo em consideração a rentabilidade que a Associação espera obter.

As alterações ao justo valor resultantes de alterações de estimativas de crescimento, período das campanhas, preço, custo e outras premissas são reconhecidas como proveitos ou gastos operacionais.

No momento da campanha, o produto é valorizado ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

3.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma, a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.10. Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

3.11. Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contractos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no fundo patrimonial, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal



corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.13. Fundo social

As ações ordinárias são classificadas em fundo patrimonial.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.14. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

8

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Associação reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

3.20. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.21. Custos dos Empréstimos obtidos

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

9

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Nota 4 - Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/dez/25	31/dez/24
Caixa	5 718	8 195
Depósitos à ordem	181 189	145 094
TOTAL	186 907	153 289

Nota 5 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2025 e 2024 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/dez/25	31/dez/24
Clientes c/c - Utentes	21 430	28 607
TOTAL	21 430	28 607
Adiantamentos de Clientes	7 964	14 200

Nota 6 – Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo da rubrica "Outros ativos correntes" está discriminado como se segue:

OUTROS ATIVOS CORRENTES	31/dez/25	31/dez/24
ME - GGF Pré-escolar	130 064	127 358
Segurança Social	10 308	29 367
Consignação IVA/IRS	1 187	468
Outros devedores	8 981	6 607
TOTAL	150 540	163 800

Nota 7 - Diferimentos

A 31 de dezembro de 2025 o valor dos gastos a reconhecer em 2026 é de 9.493,47€, referente à renda de S. Domingos de janeiro de 2026 e aos seguros referentes de 2026.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

10

A 31 de dezembro de 2025 o valor dos proveitos a reconhecer em 2026 é de 32.450,30€, referente a mensalidades de 2026.

Nota 8 – Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2025 e 2024 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/dez/25	31/dez/24
Fornecedores conta corrente	6 228	3 968
TOTAL	6 228	3 968

Nota 9 – Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo da rubrica “Outros passivos correntes” está discriminado como se segue:

OUTROS PASSIVOS CORRENTES	31/dez/25	31/dez/24
Remunerações a liquidar	130 300	126 630
Outros acréscimos de gastos	4 774	2 456
Outros passivos diversos	-	7
TOTAL	135 074	129 093

A rubrica de Remunerações a liquidar, diz respeito a provisão para subsídio de férias e férias, que se vencem a 01/01/2026.

Nota 10 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/dez/25	31/dez/24
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	6 670	5 627
Segurança social	17 928	17 361
TOTAL	24 598	22 988

Estes valores dizem respeito aos impostos do mês de dezembro, pagos em janeiro de 2026.

Nota 11 – Inventário

O consumo das matérias consumidas a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é descrito na seguinte tabela.

A 31/12/2025 e 31/12/2024 não há matérias-primas em stock.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado



INVENTÁRIOS	31/dez/25	31/dez/24
Produtos alimentares	55 464	58 113
Medicamentos	296	285
Material didático	3 961	4 936
Inventário final	-	-
Total dos consumos	59 721	63 334

Nota 12 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2025.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2025			
	Saldo em 1/jan/25	Movimento Período	Abates Transf.	Saldo em 31/dez/25
Ativo bruto				
Edifícios e outras construções	28 078	-	-	28 078
Equipamento básico	55 603	-	-	55 603
Equipamento de transporte	19 613	-	-	19 613
Equipamento administrativo	13 380	3 000	-	16 380
Outros ativos fixos tangíveis	24 116	-	-	24 116
Total do ativo bruto	140 839	3 000	-	143 839
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(28 078)	-	-	(28 078)
Equipamento básico	(50 238)	(1 498)	-	(51 736)
Equipamento de transporte	(19 613)	-	-	(19 613)
Equipamento administrativo	(12 377)	(1 148)	-	(13 525)
Outros ativos fixos tangíveis	(24 166)	-	-	(24 166)
Total de depreciações acumuladas	(134 472)	(2 646)	-	(137 118)
Total do ativo líquido	6 367	354	-	6 721

Nota 13 – Investimentos financeiros

Este valor corresponde ao valor aplicado no FCT – Fundo de Compensação do Trabalho, referente aos processamentos salariais desde outubro 2013, foi revogado no mês de Abril de 2023. A 31/12/2025 o valor é de 5.318,90€. Em 2026 vai ser pedido o resgate deste valor.

Nota 14 - Resultados transitados e resultados líquidos

Por decisão da assembleia geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e foi decidido que o resultado líquido positivo de 14.656,00€ seja integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

12

Nota 15 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/dez/25	31/dez/24
Inglês	3 771	3 828
Ginástica	4 140	4 603
Música	7 792	2 066
Assistente Social	2 000	2 000
Colónia de férias	17 509	17 694
Passeios	4 876	6 251
Informatica	5 404	5 814
Contabilidade e Financeira	14 280	13 813
Outros trabalhos especializados	5 354	-
Vigilância e Segurança	412	515
Conservação e Reparação	20 768	15 856
Serviços Bancários	607	636
Ferramentas e utensílios	1 490	869
Material de escritório	2 524	1 299
Artigos para oferta	635	130
Eletricidade	6 975	9 286
Combustíveis	1 600	2 090
Água	3 609	3 828
Outros fluídos - Gás	1 374	1 256
Deslocações e estadas	250	384
Rendas - S. Félix	31 292	26 823
Rendas - S. Domingos	67 613	58 653
Comunicação	3 130	3 260
Seguros	2 595	2 657
Contencioso e notariado	-	-
Limpeza, higiene e conforto	30 378	30 215
Total dos gastos	240 378	213 826

Nota 16 - Gastos com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

GASTOS COM O PESSOAL	31/dez/25	31/dez/24
Remunerações do pessoal	732 258	695 312
Encargos sobre remunerações	160 851	154 526
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 797	5 492
Gastos de acção social	548	574
Outros gastos com o pessoal	4 643	3 809
TOTAL	904 097	859 713

O número médio de colaboradores em 2025 foi de 39 e em 2024 foi de 38.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

13

Nota 17 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/dez/25	31/dez/24
Impostos	11	8
Correções relativas a períodos anteriores	3 147	285
Quotizações	591	596
Outros gastos e perdas não especificados	-	85
TOTAL	3 758	974

Nota 18 - Vendas e Serviços Prestados

A decomposição de 2025 e 2024 nesta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	31/dez/25	31/dez/24
Prestação de Serviços	314 238	385 726
TOTAL	314 238	385 726

A prestação de serviços diz respeito ao valor cobrado referente à mensalidade do pré-escolar, atividades extra-curriculares e colónia de férias.

De 2024 para 2025 este valor teve uma quebra de 18,53%, devido à gratuitidade da creche.

Nota 19 – Subsídios e doações

SUBSÍDIOS E DOAÇÕES	31/dez/25	31/dez/24
Segurança Social	744 350	577 499
Subsídio de expansão	130 063	127 358
Donativos em valor	24 558	-
Donativos em espécie	1 983	
Donativos em consignação IRS/IVA	8 056	-
TOTAL	909 010	704 857

O valor da Segurança Social, diz respeito à gratuitidade da creche e à comparticipação do pré-escolar. Em 2025 para a creche são 492.226€, para o pré-escolar 252.124€. Em 2024 para a creche 330.743€ e para o pré-escolar o 248.756€.

Em março de 2025, foi revisto o valor da comparticipação da Segurança Social para o pré-escolar, "Despacho n.º 3256/2025 - Diário da República nº 51/2025, Série II de 2025-03-13" com efeito a setembro/24. A comparticipação passa a ser de 208,05€/criança, este valor era de 178,04€/criança.

Em 2025 houve uma reclassificação dos Donativos para a conta 751 em vez da conta 78-Outros rendimentos. Ver Nota 20.

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

14

Nota 20 - Outros Rendimentos

Os outros rendimentos discriminam-se como:

OUTROS RENDIMENTOS	31/dez/25	31/dez/24
Donativos em espécie	-	3 305
Donativos em valor	-	31 018
Donativos consignação IRS / IVA	-	468
Outros rendimentos	2 008	16
TOTAL	2 008	34 807

Em 2025 houve uma reclassificação destas receitas relativamente aos donativos que passaram para os subsídios à exploração. Ver Nota 19.

Nota 21 - Resultados financeiros

Não aplicável.

Nota 22 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 23 – Entidades relacionadas

A entidade não participa em qualquer entidade.

Nota 24 - Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Lisboa, 27 de março de 2026

O Órgão Diretivo



O Contabilista Certificado

Assinado por: **Luísa Cristina Correia Moreira Borges**

Num. de Identificação: 08551416

Data: 2026.04.24 10:37:29+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 24590**



Centro Social do Sagrado Coração de Jesus
Rua de São Félix, n.º 15, Porta 29
1200-836 Lisboa

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E CONTAS DO PERÍODO CONTABILÍSTICO DE 2025

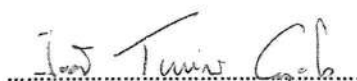
Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e emitir parecer sobre o Relatório e Contas do ano de 2025 da Instituição Particular de Solidariedade Social denominada por Centro Social do Sagrado Coração de Jesus, na Assembleia Geral do dia 14 de maio de 2026.

No desempenho das nossas funções, podemos contar com a melhor colaboração da Direção e dos Serviços, que sempre se disponibilizaram para prestar todos os esclarecimentos e informações que entendemos por bem solicitar.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é da opinião que sejam aprovados o Relatório e Contas do Ano de 2025.

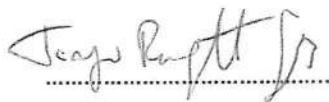
Lisboa, 27 de abril de 2026

O Presidente do Conselho Fiscal



(João Tenreiro Gonçalves)

1º Vogal



(Tiago Roquette Geraldes)

2º Vogal



(Bernardo Paiva e Pona)